

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.072/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

LOCAL: WWW.NOVOBBMNET.COM.BR

FINALIDADE: AQUISIÇÃO DE BEM COMUM

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS 31/01/2025 ÀS 08H00

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 12/02/2025 ÀS 07H59

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: 12/02/2025 ÀS 08H00

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 12/02/2025 ÀS 08H30

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO;

EXCLUSIVO PARA ME/EPP: NÃO

Prezados Senhores,

Encontra-se aberta no **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE** a licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025**, Processo Administrativo nº **4.072/2024**, do tipo Menor Preço, nos termos das normas gerais da Lei Federal n.º 14.133/21 e Lei Complementar nº 123/06, objetivando a **Aquisição de Medidores multiparâmetros portáteis, para ph, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido (od), compatível com calibração acreditada conforme a ISO/IEC 17.025**, a que alude o item 01, subitem 1.1 deste instrumento, nas condições previstas no presente Edital. O pregoeiro Guilherme Ruas Piva, nomeado pela Portaria nº 28 de 02 de julho de 2024, processará e julgará a presente licitação, devidamente auxiliada pela equipe de apoio, composta pelos servidores Leandro Barbosa, Luciane Borges da Silva e Filipe Augusto Pereira.

1. DO OBJETO

- 1.1 Aquisição de 02 (dois) equipamentos multiparâmetros Hanna – Modelo HI98494 para determinação dos parâmetros pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido em campo, nas amostras de água bruta e/ou potável coletadas; em atendimento as necessidades do Laboratório e Controle de Qualidade da Água do DAE de Santa Bárbara d'Oeste perante os métodos estabelecidos no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater – 24th Edição, sob a forma de entrega única; conforme especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.
- 1.2 A licitação será realizada em lote único, conforme consta no modelo de proposta (Anexo III)
- 1.3 O objeto contratado em decorrência da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a juízo da Administração, conforme artigo 125, da Lei nº 14.133/21.
- 1.4 A contratação não dispensa a pesquisa de preços, a qual deverá evidenciar os preços de mercado praticados na data fixada para apresentação das propostas.
- 1.5 Compõe o presente Edital, os seguintes anexos:
 - I) Estudo Técnico Preliminar
 - II) Termo de Referência
 - III) Modelo de Proposta Final.
 - IV) Minuta de Contrato
 - V) Termo de Ciência e Notificação
 - VI) Modelo de declaração de fatos impeditivos

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa total estimada em R\$ 45.364,08 (Quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oito centavos), decorrente da contratação do objeto desta licitação, correrá à conta da ficha orçamentária nº 530; Categoria Econômica 4.4.90.52; Funcional Programática 17.512.0020.2.356; Unidade Orçamentária 03.02.01 e Audesp 5204, suplementada se necessário.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que explorem o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.
- 3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/06.
- 3.6 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.7 Não poderão disputar esta licitação.
- 3.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- 3.7.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.6 Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.7 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.9 Cooperativas, nos termos do Decreto Estadual nº 55.938, de 21 de junho de 2010, atualizado pelo Decreto nº 57.159, de 21 de julho de 2011;
- 3.7.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/21.
- 3.8 O impedimento de que trata o item 3.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9 A vedação de que trata o item 3.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional

especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 4.1 Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço e deverão indicar a marca e modelo ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.3.1 Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
 - 4.3.2 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
 - 4.3.3 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
 - 4.3.4 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.3.5 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando

apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art's. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

- 4.5 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste Edital.
- 4.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.
- 4.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

5. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu “Sala de Disputa”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “Aberto para receber propostas”.
- 5.2 O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

- 5.3 O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.
- 5.4 O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.
- 5.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.8 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.
- 5.11 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.12 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública.
- 6.3 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.
- 6.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
- 6.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.12 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 226,00.
- 6.13 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa Aberto/Fechado.
- 6.14 No MODO DE DISPUTA “**ABERTO/FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.14.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos

- lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.14.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.14.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.14.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15 Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.
- 6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 02 (duas) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20 Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.
- 6.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 6.22 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.25.1 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, nesta ordem:
- 6.25.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.25.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.25.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.25.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.25.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.25.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
 - 6.25.2.2 Empresas brasileiras;
 - 6.25.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.25.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

- 6.26 Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 6.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.27.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.27.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.27.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.28 Será desclassificada a proposta que:
- 6.28.1 Contiverem vícios insanáveis;
- 6.28.2 Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 6.28.3 Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 6.28.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.28.5 Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 6.29 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.30 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.30.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.31 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.32 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.32.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.32.2 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de habilitação. O prazo para inserção dos documentos solicitados nesse edital será de 01 (uma) hora, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

7.2 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/21, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1 Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante;

7.2.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU, CNIA, CEIS e CNEP) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e

7.2.3 Consulta Relação de Apenados (TCESP)

(<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>)

7.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

7.6 **Habilitação Jurídica**

- a) **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal ou Empresa Individual de Responsabilidade LTDA - EIRELI:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- b) **Pessoa física:** Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- c) **Empresário individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- d) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;
- e) **Sociedade Empresária Estrangeira:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- f) Os documentos descritos nas alíneas acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

7.7 **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, sendo: “Certidão negativa de débitos tributários inscritos da Dívida Ativa do Estado”, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal, com prazo de validade em vigor.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.7.1 Serão aceitas Certidões Positivas com efeito de negativas de quaisquer dos tributos solicitados.

7.7.2 Para efeito da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar em lei ou no próprio documento, o prazo de validade será considerado 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

7.8 **Qualificação Econômico-Financeira**

7.8.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias.

7.9 Declarações complementares de apresentação obrigatórias, conforme Anexo V

- 7.9.1 Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- 7.9.2 Que não possui, em seu quadro de pessoal, nem utilizará na prestação dos serviços, empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e inferior a 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).
- 7.9.3 Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 7.9.4 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 7.9.5 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 7.9.6 Se microempresa ou empresa de pequeno porte que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 7.10 Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não digitais.
- 7.11 Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.12 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 7.12.1 Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.
- 7.13 Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:
- 7.13.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.13.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 7.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.17 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- 7.18 É vedada a utilização de documentação da matriz pela filial, para fins habilitatórios, salvo aqueles que por sua própria natureza só puderem ser expedidos pela matriz.
- 7.19 Os documentos acima poderão ser apresentados no original, por cópia, ou ainda através de publicação em órgão da Imprensa Oficial.

8. DOS RECURSOS

- 8.1 A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.
- 8.2 O prazo para apresentação das razões recursais é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contados da data da intimação pessoal ou da

divulgação da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 8.3 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão. O tempo para manifestação da intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.
- 8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

- 9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- 9.1.1 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 9.1.2 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 9.1.3 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 9.1.3.1 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
- 9.1.4 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

- 10.1 A contratação, objeto deste Pregão, será efetivada mediante termo de contrato, conforme minuta anexa (Anexo IV), que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

- 10.2 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da última assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.
- 10.3 O prazo para entrega dos equipamentos é de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 10.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 10.5 Quando o responsável pela assinatura do contrato não for o representante legal, a empresa deve enviar, juntamente com o contrato assinado, Procuração e Documento de Identificação do Procurador.
- 10.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.
- 10.7 Do reajuste: Todos os preços propostos serão mantidos fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado.
- 10.8 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 10.9 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.9.1 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 10.10 O reajuste será realizado por apostilamento.
- 10.11 Da extinção do Contrato: Em caso de extinção de contrato, será aplicado o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo das demais disposições previstas nas leis que regem a matéria objeto do mesmo.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1 Emitir na data da entrega, a nota fiscal referente à totalidade dos equipamentos entregues.
- 11.1.1 Além da nota enviada ao fiscal do contrato, a empresa deverá também, encaminhar sua nota fiscal eletrônica, juntamente com o respectivo arquivo XML, para o e-mail: almoxarifado@daesbo.sp.gov.br.
- 11.2 Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após a efetiva entrega da Nota Fiscal, mediante TED (Transferência eletrônica disponível) no banco, agência e conta com o mesmo CNPJ, desde que tenha sido atestada a entrega do objeto.
- 11.3 Deverão constar do documento fiscal o número do Pregão, o Banco, o número da conta corrente e a agência bancária, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.
- 11.4 No ato do pagamento, o DAE reterá a importância referente ao Imposto de Renda previsto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 1.234/2012.
- 11.4.1 Os fornecedores e prestadores de serviços cujos pagamentos não estejam sujeitos à retenção do IR na fonte deverão apresentar junto a nota fiscal declaração especificada nos Anexos II, III e IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012.
- 11.5 Para efetivação do pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, prova de regularidade perante a previdência social e o fundo de garantia por tempo de serviço.
- 11.6 Se forem constatados erros no documento fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos, sem qualquer acréscimo.
- 11.7 Em caso de atraso nos pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “pro rata dies”, pelo índice IPC-FIPE, de acordo com a legislação pertinente, em vigor na data do efetivo pagamento.
- 11.8 O DAE poderá deduzir da importância a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo licitante vencedor.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 Injustificadamente, pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 Fraudar a licitação

12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 Advertência;

- 12.2.2 Multa;
- 12.2.3 Impedimento de licitar e contratar;
- 12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3 Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021.
- 12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado de sua intimação.
- 12.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de Santa Bárbara d'Oeste, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 12.9 Poderá ser aplicada ao responsável, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como, pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e

contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

12.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, de 0,5% (cinco décimos por cento).

12.11 Da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Da aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

12.14 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

13. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

13.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (Anexo II) do edital.

13.2 O objeto do contrato será recebido, em se tratando de compra, no que couber, às disposições contidas no artigo 140 da Lei 14.133/21.

13.3 Não será permitida a subcontratação total ou parcial no âmbito desta contratação.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital aquele que venha a apontar, fora do prazo legal definido na Lei Federal n.º 14.133/21, as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de impugnação.
- 14.2 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 14.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.4 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via sistema BBMNET.
- 14.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 14.7 A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.
- 15.2 Esta licitação deverá ser anulada se ocorrer ilegalidade insanável no seu processamento ou julgamento e poderá ser revogada, por motivo devidamente justificado e a juízo exclusivo da Administração, caso seja julgada inoportuna ou inconveniente ao interesse público.
- 15.3 A participação na licitação implica ao Licitante, desde a apresentação da proposta, na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, bem como

a sujeição às condições nele previstas, nos termos da Lei, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Edital.

15.4 O vencedor da presente licitação deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

15.4.1 O DAE poderá exigir, em qualquer momento da fase contratual, no prazo fixado por ele, os documentos pertinentes que comprovem os requisitos de habilitação, sendo que a não apresentação presumirá o desentendimento destes.

15.5 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.7 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.9 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.10 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no DAE.

15.12 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.13 O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.

- 15.14 Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, WhatsApp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.
- 15.15 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.daesbo.sp.gov.br.
- 15.16 Além das disposições expressas neste Edital, as propostas sujeitam-se à legislação vigente.
- 15.17 Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Bárbara d'Oeste, para dirimir questões que eventualmente as partes não consigam resolver por mútuo consenso.

LAERSON ANDIA JUNIOR
DIRETOR SUPERINTENDENTE

CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS
DIRETOR DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**Aquisição de equipamento multiparâmetro para o Laboratório e Controle de Qualidade da Água****1. Histórico de revisões:**

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
03/04/2024	1.0	Elaboração do documento pelo Setor de Laboratório e Controle de Qualidade da Água	Laís Schulz Giorno
12/04/2024	1.1	Revisão do documento	Vanessa de Abreu

2. Introdução:

O presente estudo formaliza a primeira etapa do planejamento e aquisição de equipamento multiparâmetro para determinação dos parâmetros pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido em campo, nas amostras de água bruta e/ou potável coletadas; em atendimento as necessidades do Laboratório e Controle de Qualidade da Água do DAE de Santa Bárbara d'Oeste perante os métodos estabelecidos no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater – 24th Edição.

O objetivo deste estudo é o de detalhar e justificar a necessidade da aquisição de um equipamento multiparâmetro, selecionando a melhor opção de equipamento, levando em consideração as opções existentes no mercado.

A formulação deste estudo, obedece ao que preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas regulamentações, bem como as normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

3. Órgão Solicitante:

Laboratório e Controle de Qualidade da Água do Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara d'Oeste (DAE).

4. Identificação dos setores e equipe técnica de planejamento da contratação:

Servidor(a)	Função
Carlos Augusto dos Santos	Diretor de Gestão de Recursos Hídricos
Claudoaldo Viana dos Santos	Chefe de Departamento de Operação de Água
Laís Schulz Giorno	Chefe do Setor de Laboratório de Água
Vanessa de Abreu	Chefe da Divisão de Gestão da Qualidade de Recursos Hídricos

5. Descrição da necessidade de contratação:

O Laboratório e Controle de Qualidade da Água do DAE de Santa Bárbara d'Oeste, dentre outras atribuições é responsável por garantir o controle da qualidade da água distribuída para os munícipes. Sendo assim, para assegurar a qualidade da água para consumo humano e atender o padrão de potabilidade da Portaria nº 888/2021, é necessário que o Laboratório realize o monitoramento contínuo de parâmetros físicoquímicos e microbiológicos nas amostras de água coletadas.

Para assegurar que o Laboratório possui boas práticas laboratoriais e controle na qualidade das suas análises e resultados, verificou-se a necessidade da implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGA), bem como o cumprimento as metodologias adequadas e padronizadas descritas no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (SMEWW) – 24th Edição.

Para garantir qualidade nos resultados das análises é necessário que a etapa de amostragem, que consiste na coleta das amostras, seja realizada adequadamente.

Após a coleta, algumas análises podem ser realizadas em campo, enquanto outras são realizadas no Laboratório. Análises físico-químicas como pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido são recomendadas pelo SMEWW a serem realizadas em campo, em virtude das alterações que a amostra pode sofrer até chegar ao Laboratório, podendo alterar a qualidade do resultado da amostra.

Sendo assim, torna-se necessário a aquisição de um equipamento multiparâmetro, para que após a coleta das amostras de água, as análises descritas anteriormente – pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido – possam ser realizadas imediatamente em campo.

A vantagem deste equipamento é a versatilidade, pois de forma simultânea é possível medir mais de um parâmetro físico-químico, não sendo necessário levar para campo vários equipamentos, com isso é possível economizar tempo e esforço; redução de custo, ao adquirir apenas um equipamento, além de que a calibração, manutenção e treinamento será realizada apenas uma vez; conveniência para carregar e operar apenas um equipamento, especialmente em ambientes de campo; consistência dos dados e menor chance de erro, ao usar o mesmo equipamento para várias medições, reduz-se a variabilidade que pode ser introduzida quando se utiliza diferentes dispositivos; e facilidade na integração das informações em caso de uso de software para gestão das informações coletadas.

6. Previsão no plano contratual anual:

A aquisição do equipamento multiparâmetro não consta no planejamento da autarquia, já que é uma necessidade recente em virtude da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade no Laboratório; e até então, o equipamento seria adquirido pela autarquia através de Diretriz o que não foi possível, seguindo então para um processo de licitação.

7. Requisitos da contratação:

7.1. O equipamento solicitado deverá ser portátil, com sonda multiparâmetros para realização das análises de pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido em campo e conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência e na Tabela 1.

7.2. O equipamento solicitado deverá ser novo e entregue acondicionado adequadamente em sua embalagem original e lacrada e deverá, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceito equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. O equipamento deverá ser fornecido com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como os manuais, além de uma maleta rígida para o seu transporte durante uso em campo.

7.3. O equipamento deverá ser resistente à água.

7.4. A garantia mínima do equipamento deverá ser de 12 meses e para os acessórios, garantia de 6 meses contra defeito de fabricação.

7.5. A empresa contratada para o fornecimento do equipamento multiparâmetro deverá fornecer treinamento, para capacitar os técnicos do Laboratório, quanto ao uso do equipamento.

7.6. O equipamento deverá aceitar a calibração acreditada conforme a ISO 17.025/2017 em todos os seus eletrodos, na medição de cada um dos parâmetros.

7.7. Visando a sustentabilidade ambiental, um dos critérios a ser observado na aquisição de um equipamento é a maneira como ele é alimentado, se faz uso de pilhas/baterias recarregáveis ou não. As pilhas e baterias não recarregáveis ainda são consideradas uma problemática ambiental, em virtude do seu curto tempo de vida útil (geralmente poucos meses), precisando ser descartada posteriormente; contaminação ambiental se descartadas de forma inadequada, podendo contaminar o solo e a água, já que possui metais pesados na sua composição; e a inexistência de um sistema de logística reversa consolidado na maioria dos municípios. Frente ao contexto, a melhor opção seria um equipamento que possui pilhas ou baterias recarregáveis, para não gerar resíduos sólidos e consequentemente não existindo a necessidade de preocupação com a destinação e disposição final desses resíduos; além de que, as pilhas ou baterias recarregáveis possuem uma vida útil longa, geralmente de anos; e fornece ao equipamento mais de 48 horas de uso após serem carregadas.

7.8. Vistoria obrigatório: não se aplica.

7.9. Necessidade da garantia da execução: não se aplica.

7.10. Participação de consórcio e possibilidade de subcontratação: não será permitido a participação em consórcio, bem como a subcontratação de parte ou de todo o objeto; frente a baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado possuem condições de fornecer o equipamento de forma independente.

7.11. Atestado de capacidade técnica: não se aplica.

7.12. O fabricante e/ou representante do equipamento deverá cumprir com o prazo de entrega, de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento da autorização de fornecimento.

8. Estimativa das quantidades a serem contratadas:

Será necessário a aquisição de dois equipamentos multiparâmetros, para que o Laboratório possa ter um equipamento reserva, caso o equipamento que esteja em uso precise ser encaminhado para manutenção ou calibração o outro equipamento (reserva) pode ser colocado para uso, não prejudicando as coletas e análises realizadas em campo. A Tabela 1 descreve as especificações técnicas necessárias no equipamento.

Tabela 1 – Especificação técnica do equipamento multiparâmetro.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	MEDIDOR MULTIPARAMETRO PORTÁTIL, PARA pH, TEMPERATURA, CONDUTIVIDADE E OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), COMPATÍVEL COM CALIBRAÇÃO ACREDITADA CONFORME A ISO/IEC 17.025. Equipamento com sonda multiparâmetros; portátil; resistente a água; sensor óptico para o parâmetro OD; compensação automática da temperatura e pressão; registro de dados; transferência de dados por cabo USB; tela em LCD; reconhecimento automático dos sensores; idioma do equipamento em português; comprimento do cabo de no mínimo 2 metros; vida da bateria de pelo menos 70 horas; maleta rígida para transporte do equipamento; software para o PC; garantia mínima de 12 meses para o equipamento e 6 meses para os acessórios contra defeito de fabricação. Sensor de pH - Faixa de medição: 0,00 a 14,00 pH; Resolução: 0,01 pH; Acurácia: $\pm 0,02$ pH; calibração de pelo menos três pontos pH 4,00 – 7,00 – 10,00. Sensor de condutividade – Faixa de medição: 0 a 200 mS/cm; Resolução: 0,001; 0,01 ou 0,1 μS/cm; Acurácia: $\pm 0,001$ mS/cm; calibração de pelo menos um ponto. Sensor de temperatura – Faixa de medição: -5 a 70 °C; Resolução: 0,1 °C; Acurácia: $\pm 0,2$ °C; calibração automática.	Unid.	02
	Sensor de oxigênio dissolvido – Faixa de medição: 0 a 50 mg/L; Resolução: 0,01 mg/L; Acurácia: $\pm 0,5$ mg/L; calibração de pelo menos um ponto.		

9. Levantamento do mercado:

Com o levantamento do mercado foi possível identificar vários modelos de equipamentos multiparâmetros disponíveis, porém, o equipamento necessário para atender a demanda do Laboratório, na realização das análises de água em campo possui uma especificação técnica específica e levando em consideração essa especificidade foi levantado quais empresas realizam a comercialização desses

equipamentos. Toda a especificação técnica necessária do equipamento consta descrita no Termo de Referência e na Tabela 1.

Os equipamentos multiparâmetros que atendem a demanda do Laboratório são comercializados por empresas brasileiras, que são representantes de fabricantes do exterior. Dessa forma, cada empresa comercializa uma marca específica, por este motivo os equipamentos analisados possuem pequenas variações na especificação técnica, porém todos dentro da especificidade necessária, para atender a demanda do Laboratório. Dessa forma, foi possível identificar duas empresas que atendem essa demanda, a empresa LABSYNTH e a ANALYSER, e então foi realizado o levantamento do preço dos equipamentos, a partir da solicitação de orçamentos. Cada uma das empresas forneceu dois orçamentos, totalizando quatro, a empresa LABSYNTH encaminhou o orçamento de dois equipamentos da marca Hanna, mas de modelos diferentes; e a empresa ANALYSER encaminhou o orçamento de equipamentos de marcas e modelos diferentes, sendo um da marca da Thermo Fisher Scientific e o outro da HORIBA.

10. Descrição da solução:

As soluções passíveis para atender a demanda são:

SOLUÇÃO 1: Aquisição de equipamentos individuais para medição de cada um dos parâmetros.	
VANTAGENS: se necessário realizar manutenção e/ou calibração em um dos equipamentos ou outros permanecem em uso.	DESVANTAGENS: custo com a aquisição, manutenção e/ou calibração de vários equipamentos; demanda maior tempo para verificação da calibração de todos os equipamentos diariamente; e logística para trabalhar com vários equipamentos em campo.
ENCAMINHAMENTO: Dessa forma, esta solução não atende a demanda da autarquia.	

SOLUÇÃO 2: Aquisição de um equipamento multiparâmetro.	
VANTAGENS: custo de aquisição, manutenção e/ou calibração para apenas um equipamento; verificação da calibração de apenas um equipamento diariamente; e facilidade no transporte, manuseio e uso do equipamento em campo.	DESVANTAGENS: se necessário realizar manutenção e/ou calibração no equipamento, caso não tenha outro reserva, não será possível a realização de nenhuma das análises em campo, devendo ser realizadas imediatamente ao chegar no laboratório.
ENCAMINHAMENTO: Solução que atende a demanda da autarquia.	

Conforme observado acima, nota-se que a Solução 2 se mostra mais viável, que consiste na aquisição de um equipamento multiparâmetro.

11. Estimativa do valor da contratação:

A estimativa do valor para aquisição de um equipamento multiparâmetro foi realizada a partir da solicitação de quatro orçamentos para empresas diferentes, consequentemente elas fornecem equipamentos de marcas, modelos e especificação técnica diferentes, mas ainda assim, dentro do solicitado para atender a demanda. O valor cobrado pelas empresas para aquisição do equipamento multiparâmetro, bem como outras informações pertinentes, estão descritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Descrição dos valores para aquisição do equipamento multiparâmetro.

Identificação	Equipamento	Empresa	Valor
1	Modelo: HI98194 Marca: Hanna	LABSYNTH	R\$ 13.866,60
2	Modelo: HI98494 Marca: Hanna	LABSYNTH	R\$ 24.170,00
3	Modelo: U-51 Marca: Horiba	ANALYSER	R\$ 43.980,00
4	Modelo: Orion Star A3295 Marca: Thermo	ANALYSER	R\$ 42.500,00

A partir da Tabela 2 é possível observar que existe uma discrepância entre os valores dos equipamentos, sendo dois equipamentos (equipamento 3 e 4) com valores mais altos, próximo dos 40 mil reais; um equipamento (equipamento 2) com valor intermediário, de aproximadamente 24 mil reais e um equipamento (equipamento 1) com valor inferior aos outros, com valor aproximado de 14 mil reais, ou seja, uma

variação de aproximadamente 25 mil reais entre os equipamentos de maior e menor valor.

Sendo assim, foi elaborado a Tabela 3 com a finalidade de destacar alguns itens considerados importantes na aquisição do equipamento, possibilitando um comparativo entre eles e consequentemente para auxiliar na escolha de um equipamento, visto que são pequenas as variações na especificação técnica entre eles.

É possível observar que alguns itens estão contemplados em todos os equipamentos, como: resistência a água, compensação automática da temperatura e pressão, conexão USB e presença de *software* e maleta resistente. A questão dos pontos de calibração de cada um dos parâmetros também é similar de um equipamento para outro, diferenciando apenas no parâmetro condutividade, onde os equipamentos 3 e 4 permitem até 5 pontos de calibração, porém para atender a nossa demanda, não é necessário.

Porém, teve um item que foi crucial para a escolha do equipamento, no caso foi o tipo de sensor utilizado para a análise de oxigênio dissolvido. No mercado estão disponíveis sensores classificados como eletroquímicos (galvânicos e polarográficos) e os ópticos; no caso dos sensores ópticos, eles apresentam algumas vantagens, ao possuírem estabilidade a longo prazo; maior precisão na medição; não requer agitação; não necessita de um eletrodo de referência; e menor periodicidade na manutenção. Entretanto, eles são sensores mais caros, caso for necessário à sua substituição a longo prazo, mas levando em consideração a frequência do seu uso, ainda assim, torna-se vantajoso, já que a análise de OD é realizada em um único ponto, diariamente.

O único equipamento que fornece esse tipo de sensor é o equipamento 2 – Modelo HI98494 da Marca Hanna, sendo a opção escolhida como o equipamento que atende a demanda do Laboratório. Ainda assim, esse equipamento possui outras características que o diferenciam dos outros e que contribuem para a realização de um serviço com qualidade, como a presença de sensores codificados com cor, facilitando visualmente a troca deles em campo, se necessário; sistema *Bluetooth*; notas de registro, permite que o técnico faça anotações pertinentes no equipamento durante a realização da análise; criação de senha e identificação de usuário para cada um dos técnicos (medidor), possibilitando rastrear as análises que cada usuário realizou; e outro ponto que chamou atenção é a alimentação do equipamento, por 4 pilhas AA

(alcalinas) e uma bateria interna recarregável. Conforme informações fornecidas pelo fabricante, o equipamento pode ser utilizado apenas com as pilhas alcalinas ou carregando a bateria do equipamento; ao usar a bateria do equipamento a vida útil da bateria é de no mínimo 50 horas, tempo inferior ao das pilhas alcalinas, que fornece uma vida útil de no mínimo 200 horas; mas ao pensar na sustentabilidade ambiental, o ideal é usar o equipamento com a bateria recarregável, visto que o equipamento é usado aproximadamente 4 horas por dia, tempo inferior ao da bateria, possibilitando que ao retornar ao Laboratório o equipamento seja carregado para o próximo dia; em último caso, é importante que o técnico carregue para campo um conjunto de 4 pilhas alcalinas, se necessário, a substituição pode ser realizada; assim inconvenientes podem ser evitados, como a compras constante por pilhas alcalinas e consequentemente o seu descarte adequado. E por fim, além de todas as vantagens descritas em relação ao equipamento 2, outro ponto importante é o valor do investimento, o equipamento possui um valor intermediário aos outros, compatível com o que ele fornece, sendo dessa forma, o mais recomendando.

12. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

Não se verifica a necessidade do parcelamento da solução, sendo assim, o fornecimento do equipamento e seus constituintes deve ser realizada de uma só vez.

13. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Após aquisição do equipamento multiparâmetro, deverá ser realizada a contratação do serviço de calibração, sendo essa, uma calibração acreditada conforme a ISO/IEC 17.025/2017, a ser realizada em todos os eletrodos da sonda.

A contratação do serviço de calibração é uma contratação necessária, que deverá ser planejada, mas que não interfere diretamente na aquisição do equipamento, já que é necessário primeiro ter o equipamento para posteriormente a realização do serviço.

14. Resultados pretendidos:

Com a aquisição do equipamento multiparâmetro, espera-se que os serviços de coleta das amostras de água e consequentemente a realização das análises físico-químicas em campo, sejam realizados de maneira eficiente, assegurando a qualidade da água distribuída para os munícipes; evidenciando que o Laboratório possui boas práticas e controle na qualidade das suas análises e resultados, ao cumprir com as metodologias

internacionais adequadas e com a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGA).

15. Providências a serem adotadas pela administração:

Após a aquisição do equipamento multiparâmetro, deverá ser realizado a capacitação dos servidores, com o treinamento dos técnicos do Laboratório, para que eles possam aprender a utilizar o equipamento.

Tabela 3 – Comparativos entre os equipamentos multiparâmetros.

ITENS / IDENTIFICAÇÃO	1	2	3	4
Resistente à água	SIM	SIM	SIM	SIM
Quantidade de parâmetros	12	13	11	8
Compensação automática da temperatura e pressão	SIM	SIM	SIM	SIM
Sensores codificados por cor	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Alimentação	4 pilhas AA	4 pilhas AA e 1 bateria interna recarregável	4 pilhas C alcalinas ou recarregáveis	4 pilhas AA
Vida útil da bateria	360 horas	200 horas (pilha AA) e 50 horas (recarregável)	70 horas	-
USB e Software	SIM	SIM	SIM	SIM
Bluetooth	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Senha e ID do medidor	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Notas de registro	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Maleta para transporte	SIM	SIM	SIM	SIM
Sensor oxigênio dissolvido	Eletroquímico (Galvânico)	Ópticos	Eletroquímico (Polarográfico)	Eletroquímico (Polarográfico)
Pontos de calibração	pH – até 3 pontos OD – até 2 pontos Condutividade – 1 ponto Temperatura - automática	pH – até 3 pontos OD – até 2 pontos Condutividade – 1 ponto Temperatura - automática	pH – até 5 pontos OD – até 2 pontos Condutividade – até 5 pontos Temperatura - automática	pH – até 5 pontos OD – até 2 pontos Condutividade – até 5 pontos Temperatura - automática

16. Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

A utilização de um equipamento que não faz uso de pilhas ou baterias recarregáveis pode gerar os seguintes impactos:

- Elevada geração de resíduos, em virtude do baixo tempo de vida útil das pilhas/baterias.
- A falta de responsabilidade no descarte das pilhas/baterias pode acarretar em prejuízos ambientais, como a poluição de metais pesados e outros compostos químicos nelas contidos, no solo e na água, quando destinadas e dispostas de maneira inadequada no meio ambiente.

Para mitigar este problema a principal solução é a aquisição de um equipamento multiparâmetro que faça uso de pilhas/baterias recarregáveis; caso contrário, é necessário que a autarquia estabeleça com as cooperativas presente no município um sistema de logística reversa consolidado, que permita com que esses materiais retornem de forma adequada e segura para o fabricante.

17. Viabilidade da contratação:

Após conclusão deste Estudo Técnico Preliminar, perante as exposições previamente apresentadas, posiciona-se pela viabilidade da aquisição de dois equipamentos multiparâmetro.

LAÍS SCHULZ GIORNO

CHEFE DE SETOR DE LABORATÓRIO E CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA

ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A natureza deste Termo de Referência (TR) é para aquisição de bens de consumo classificados como comuns;

1.2. O presente TR tem por objeto a aquisição de equipamento multiparâmetro para determinação dos parâmetros pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido em campo, nas amostras de água bruta e/ou potável coletadas; em atendimento as necessidades do Laboratório e Controle de Qualidade da Água do DAE de Santa Bárbara d'Oeste perante os métodos estabelecidos no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater – 24th Edição, sob a forma de entrega única;

Tabela 1 – Descrição técnica e quantitativo do objeto licitado.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	MEDIDOR MULTIPARÂMETRO PORTÁTIL, PARA pH, TEMPERATURA, CONDUTIVIDADE E OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), COMPATÍVEL COM CALIBRAÇÃO ACREDITADA CONFORME A ISO/IEC 17.025. Equipamento com sonda multiparâmetros; portátil; resistente a água; sensor óptico para o parâmetro OD; compensação automática da temperatura e pressão; registro de dados; transferência de dados por cabo USB; tela em LCD; reconhecimento automático dos sensores; idioma do equipamento em português; comprimento do cabo de no mínimo 2 metros; vida da bateria de pelo menos 70 horas; maleta rígida para transporte do equipamento; software para o PC; garantia mínima de 12 meses para o equipamento e 6 meses para os acessórios contra defeito de fabricação.	Unid.	02
	Sensor de pH - Faixa de medição: 0,00 a 14,00 pH; Resolução: 0,01 pH; Acurácia: $\pm 0,02$ pH; calibração de pelo menos três pontos pH 4,00 – 7,00 – 10,00. Sensor de condutividade – Faixa de medição: 0 a 200 mS/cm; Resolução: 0,001; 0,01 ou 0,1 μ S/cm; Acurácia: $\pm 0,001$ mS/cm; calibração de pelo menos um ponto. Sensor de temperatura – Faixa de medição: -5 a 70 °C; Resolução: 0,1 °C; Acurácia: $\pm 0,2$ °C; calibração automática. Sensor de oxigênio dissolvido – Faixa de medição: 0 a 50 mg/L; Resolução: 0,01 mg/L; Acurácia: $\pm 0,5$ mg/L; calibração de pelo menos um ponto.		

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à assinatura, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.2. Descrição da solução:

1.2.1. A empresa contratada deverá cumprir todas as obrigações descritas neste TR, no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e documentos correlacionados, assim como:

1.2.1.1. O equipamento solicitado deverá ser portátil, com sonda multiparâmetros para realização das análises de pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido em campo e conforme especificações técnicas descritas na Tabela 1 e no ETP;

1.2.1.2. O equipamento solicitado deverá ser novo e entregue acondicionado adequadamente em sua embalagem original e lacrada e deverá, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceito equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. O equipamento deverá ser fornecido com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como os manuais, além de uma maleta rígida para o seu transporte durante uso em campo;

1.2.1.3. O equipamento deverá ser resistente à água;

1.2.1.4. A garantia mínima do equipamento deverá ser de 12 meses e para os acessórios, garantia de 6 meses contra defeito de fabricação;

1.2.1.5. A empresa contratada para o fornecimento do equipamento multiparâmetro deverá fornecer treinamento, para capacitar os técnicos do Laboratório, quanto ao uso do equipamento;

1.2.1.6. O equipamento deverá aceitar a calibração acreditada conforme a ISO 17.025/2017 em todos os seus eletrodos, na medição de cada um dos parâmetros;

1.2.1.7. Visando a sustentabilidade ambiental, um dos critérios a ser observado na aquisição de um equipamento é a maneira como ele é alimentado, se faz uso de pilhas/baterias recarregáveis ou não. As pilhas e baterias não recarregáveis ainda são consideradas uma problemática ambiental, em virtude do seu curto tempo de vida útil (geralmente poucos meses), precisando ser descartada posteriormente; contaminação ambiental se descartadas de forma inadequada, podendo contaminar o solo e a água, já que possui metais pesados na sua composição; e a inexistência de um sistema de logística reversa consolidado na maioria dos municípios. Frente ao contexto, a melhor opção seria um equipamento que possui pilhas ou baterias recarregáveis, para não gerar resíduos sólidos e consequentemente não existindo a necessidade de preocupação com a destinação e disposição final desses resíduos; além de que, as pilhas ou baterias recarregáveis possuem

uma vida útil longa, geralmente de anos; e fornece ao equipamento mais de 48 horas de uso após serem carregadas;

1.2.1.8. O equipamento fornecido pela empresa contratada poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR e no ETP, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

1.2.1.9. O fabricante e/ou representante do equipamento deverá cumprir com o prazo de entrega, de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento da autorização de fornecimento; e

1.2.1.10. O equipamento será recebido provisoriamente pelo responsável do Almoxarifado da autarquia, sendo posteriormente encaminhado para o responsável pela solicitação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas neste TR e no ETP.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Laboratório e Controle de Qualidade da Água do DAE de Santa Bárbara d'Oeste, dentre outras atribuições é responsável por garantir o controle da qualidade da água distribuída para os munícipes. Sendo assim, para assegurar a qualidade da água para consumo humano e atender o padrão de potabilidade da Portaria nº 888/2021, é necessário que o Laboratório realize o monitoramento contínuo de parâmetros físico-químicos e microbiológicos nas amostras de água coletadas.

Para assegurar que o Laboratório possui boas práticas laboratoriais e controle na qualidade das suas análises e resultados, verificou-se a necessidade da implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGA), bem como o cumprimento as metodologias adequadas e padronizadas descritas no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (SMEWW) – 24th Edição. Para garantir qualidade nos resultados das análises é necessário que a etapa de amostragem, que consiste na coleta das amostras, seja realizada adequadamente. Após a coleta, algumas análises podem ser realizadas em campo, enquanto outras são realizadas no Laboratório. Análises físicoquímicas como pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido são recomendadas pelo SMEWW a serem realizadas em campo, em virtude das alterações que a amostra pode sofrer até chegar ao Laboratório, podendo alterar a qualidade do resultado da amostra.

Sendo assim, torna-se necessário a aquisição de um equipamento multiparâmetro, para que após a coleta das amostras de água, as análises descritas anteriormente – pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido – possam ser realizadas imediatamente em campo.

A vantagem deste equipamento é a versatilidade, pois de forma simultânea é possível medir mais de um parâmetro físico-químico, não sendo necessário levar para campo vários equipamentos, com isso é possível economizar tempo e esforço; redução de custo, ao adquirir apenas um equipamento, além de que a calibração, manutenção e treinamento será realizada apenas uma vez; conveniência para carregar e operar apenas um equipamento, especialmente em ambientes de campo; consistência dos dados e menor chance de erro, ao usar o mesmo equipamento para várias medições, reduz-se a variabilidade que pode ser introduzida quando se utiliza diferentes dispositivos; e facilidade na integração das informações em caso de uso de software para gestão das informações coletadas.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da participação de consórcio:

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcios, em razão da baixa complexidade do objeto licitado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer o equipamento de forma independente conforme ETP.

3.2. Da subcontratação:

3.3. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual, em virtude da baixa complexidade do objeto licitado.

3.4. Da sustentabilidade:

3.4.1. A empresa contratada deverá adotar princípios sustentáveis em sua cadeia de produção e fornecimento, visando atendimento das exigências contidas na legislação federal e em consonância com os princípios de responsabilidade socioambiental que norteiam a atuação da autarquia. Sendo assim, a empresa contratada deverá incluir requisitos sustentáveis nas suas obrigações, como:

3.4.1.1. Adotar práticas que reduzam a poluição e minimize o desperdício de recursos;

3.4.1.2. Obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a camada de ozônio, abrangidas pelo Protocolo de Montreal; e

3.4.1.3. Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água.

3.5. Da indicação de marcas e modelos:

3.5.1. Frente as considerações descritas no ETP, o equipamento multiparâmetro da Marca Hanna – Modelo HI98494 é o que atende a demanda do Laboratório, frente a sua capacidade técnica, funcionalidades disponíveis e custo do equipamento.

3.6. Da exigência de carta de solidariedade:

3.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.7. Da garantia da contratação:

3.7.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

3.8. Da garantia do produto, da manutenção e da assistência técnica:

3.8.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.9. Atestado de capacidade técnica:

3.9.1. Não será exigido o atestado de capacidade técnica na presente contratação.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do prazo de entrega:

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

4.2. Do local e horário da entrega:

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues no endereço do Almoxarifado do DAE: Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 1.900, Vila Boldrin, Santa Bárbara d'Oeste, CEP 13.450-088, das 08h00 às 16h00 de segunda a sexta-feira; e

4.2.2. Contato dos responsáveis para auxiliar, caso seja necessário o agendamento da entrega:

Servidor(a)	Função	e-mail	Telefone
Claudioaldo Viana dos Santos	Chefe de Departamento de Operação de Água	cviana@daesbo.sp.gov.br	(19) 3455-6054
Lais Schulz Giorno	Chefe do Setor de Laboratório de Água	lgiorno@daesbo.sp.gov.br	
Vanessa de Abreu	Chefe da Divisão de Gestão da Qualidade de Recursos Hídricos	vabreu@daesbo.sp.gov.br	

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Do recebimento:

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no TR e na proposta;

5.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no TR e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório;

5.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas

pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo; e

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

5.2. Da liquidação:

5.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.1.1. O vencimento;

5.2.1.2. A data da emissão;

5.2.1.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.1.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.2.1.5. O valor a pagar; e

5.2.1.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

5.2.3. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser enviada para o Setor de almoxarifado da empresa Contratante, no e-mail almoxarifado@daesbo.sp.gov.br

5.3. Do pagamento:

5.3.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo

de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante;

5.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

5.3.3. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente; e

5.3.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Regras gerais:

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei;

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados

conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. Da fiscalização do contrato:

6.2.1. A servidora responsável pela fiscalização do contrato é a Laís Schulz Giorno, na sua ausência fica sob responsabilidade da Vanessa de Abreu;

6.2.2. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22;

6.2.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e Decreto Federal nº 11.246/22;

6.2.4. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22;

6.2.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e Decreto Federal nº 11.246/22;

6.2.6. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22;

6.2.7. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar para pagamento, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22;

6.2.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22;

6.2.9. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22; e

6.2.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. Da gestão do contrato:

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22;

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22;

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22;

6.3.4. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes, repactuações ou rescisões contratuais, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22; e

6.3.5. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/22.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão sob a forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

7.2. Dos critérios da aceitabilidade da proposta:

7.2.1. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da aceitação.

7.3. Da amostra:

7.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

7.4. Da prova de conceito (PoC):

7.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

7.5. Da qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

7.5.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico operacional e técnico-profissional.

8. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

8.1. Do contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste TR;

8.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no TR e/ou na proposta comercial do Contratado;

8.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento;

8.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 8.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;

8.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares;

8.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes;

8.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto;

8.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados; e

8.1.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. Do contratado:

8.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

8.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990;

8.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;

8.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

8.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança,

durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste TR;

8.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

8.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;

8.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere; e

8.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 24.170,00 (vinte e quatro mil e cento e setenta reais), conforme custos unitários apostos no ETP.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor.

LAÍS SCHULZ GIORNO

CHEFE DE SETOR DE LABORATÓRIO E CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA

ANEXO III - MODELO PROPOSTA FINAL

Pregão Eletrônico nº 03/2025 – Aquisição de Medidores multiparâmetros portáteis Hanna – Modelo HI98494, para ph, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido (od), compatível com calibração acreditada conforme a ISO/IEC 17.025.

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Dados Bancários:
Responsável Legal
CPF:
RG:
e-mail comercial:
e-mail pessoal:
Administrador (sócio ou não):

PROPOSTA

Integra a presente proposta comercial o Estudo Técnico Preliminar (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo II) do edital da licitação em referência, a qual a licitante(nome da empresa) DECLARA ter plena ciência e conhecimento, comprometendo-se a cumprir suas determinações e características fielmente para a execução do objeto.

Os preços estão com todos os tributos incidentes e demais despesas diretas e indiretas, incluídos nos mesmos.

Os equipamentos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo II deste Edital.

LOTE ÚNICO						
Item	Descrição	Unidade	QDE	Marca/modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	MEDIDOR MULTIPARÂMETRO PORTÁTIL, PARA pH, TEMPERATURA, CONDUTIVIDADE E OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), COMPATÍVEL COM CALIBRAÇÃO ACREDITADA CONFORME A ISO/IEC 17.025. Equipamento com sonda multiparâmetros; portátil; resistente a água; sensor óptico para o parâmetro OD; compensação automática da temperatura e pressão; registro de dados; transferência de dados por cabo USB; tela em LCD; reconhecimento automático dos sensores; idioma do equipamento em português; comprimento do cabo de no mínimo 2 metros; vida da bateria de pelo menos 70 horas; maleta rígida para transporte do equipamento; software para o PC; garantia mínima de 12 meses para o equipamento e 6 meses para os acessórios contra defeito de fabricação. Sensor de pH - Faixa de medição: 0,00 a 14,00 pH; Resolução: 0,01 pH; Acurácia: $\pm 0,02$ pH; calibração de pelo menos três pontos pH 4,00 – 7,00 – 10,00. Sensor de condutividade – Faixa de medição: 0 a 200 mS/cm; Resolução: 0,001; 0,01 ou 0,1 μ S/cm; Acurácia: $\pm 0,001$ mS/cm; calibração de pelo menos um ponto. Sensor de temperatura – Faixa de medição: -5 a 70 °C; Resolução: 0,1 °C; Acurácia: $\pm 0,2$ °C; calibração automática. Sensor de oxigênio dissolvido – Faixa de medição: 0 a 50 mg/L; Resolução: 0,01 mg/L; Acurácia: $\pm 0,5$ mg/L; calibração de pelo menos um ponto.	Un	2		R\$ 22.682,04	R\$ 45.364,08
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 45.364,08

PRAZO DE GARANTIA: 12 meses para o equipamento e 6 meses para os acessórios contra defeito de fabricação.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

OBS:

As informações referentes a empresa solicitadas neste modelo de proposta, somente deverão ser enviadas pela empresa vencedora da licitação, na proposta final ajustada.

Na proposta inicial, a empresa não pode ser identificada.

Nome: / RG: Cargo:

Data: / Telefone/Fax:

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº

Processo Administrativo:

Pregão Eletrônico nº

Forma de Entrega: Compra com entrega única

Objeto: Aquisição de Medidores multiparâmetros portáteis Hanna – Modelo HI98494, para ph, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido (od), compatível com calibração acreditada conforme a ISO/IEC 17.025.

Em observância às disposições da Lei nº 14.133/21 e demais legislação aplicável, as partes a seguir qualificadas, e, ao final, assinadas, firmam o presente contrato, conforme documentos constantes no Pregão Eletrônico nº 03/2025 que ficam fazendo parte integrante deste ajuste, conforme cláusulas e condições seguintes:

CONTRATANTE: DAE - Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara d'Oeste, com sede neste Município na Rua José Bonifácio, 400, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n.º 54.010.863/0001-79, doravante denominado simplesmente “CONTRATANTE”, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente, LAERSON ANDIA JUNIOR, portador do RG nº 10.719.976 e CPF nº 041.900.398-37.

CONTRATADA:, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº, com sede no Município, no Estado, na, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”, neste ato representada por, (cargo)....., portador do RG nº e CPF nº.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 Aquisição de 02 (dois) equipamentos multiparâmetros Hanna – Modelo HI98494 para determinação dos parâmetros pH, temperatura, condutividade e oxigênio dissolvido em campo, nas amostras de água bruta e/ou potável coletadas; em atendimento as necessidades do Laboratório e Controle de Qualidade da Água do DAE de Santa Bárbara d'Oeste perante os métodos estabelecidos no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater – 24th Edição, sob a forma de entrega única; conforme especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.
- 1.2 Fazem parte integrante do presente contrato o Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2025 seus anexos e a proposta apresentada pela “CONTRATADA”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 2.1 A entrega do Equipamento deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de fornecimento.
 - 2.1.1 A autorização de fornecimento será encaminhada por meio eletrônico, ao *e-mail* informado na proposta.
- 2.2 O equipamento solicitado deverá ser novo e entregue acondicionado adequadamente em sua embalagem original e lacrada e deverá, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceito equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.
- 2.3 O equipamento deverá ser fornecido com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como os manuais, além de uma maleta rígida para o seu transporte durante uso em campo;
- 2.4 O equipamento a ser fornecido deverá estar em conformidade com as condições previstas no edital, sendo que a garantia contra defeito de fabricação deverá ser de 12 meses para os equipamentos e 6 meses para os acessórios, a contar da data da entrega do equipamento ao Setor de Almoxarifado do DAE.
- 2.5 Local de entrega:

- 2.5.1 O equipamento deverá ser entregue no Almoxarifado do DAE, sito a Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1900 - Vila Boldrin, Santa Bárbara d'Oeste – SP, no horário das 8h00 às 16h00 de segunda a sexta-feira.
- 2.6 O Equipamento deverá ser entregue em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo II) deste Edital, correndo por conta da Contratada as despesas com transporte (frete), seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, dentre outras decorrentes de sua execução.
- 2.7 O Equipamento deverá atender rigorosamente às especificações solicitadas no edital e seus anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte deste DAE, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição.
- 2.7.1 A substituição do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação deste DAE à empresa sobre a recusa dos mesmos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.
- 2.8 Na ocorrência do que dispõe o item 2.7, ficará suspenso o pagamento até a efetiva e regular substituição do material rejeitado.
- 2.9 Não serão recebidos os materiais que chegarem fora do horário estabelecido, bem como aqueles desacompanhados da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is).
- 2.10 O recebimento da mercadoria não exime a Contratada de sua responsabilidade, na forma da Lei pela qualidade, correção e segurança dos materiais adquiridos.
- 2.11 No recebimento e aceitação dos materiais serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 140 da Lei Federal 14.133/21.
- 2.12 A assinatura do canhoto da nota fiscal indica somente o recebimento da mesma pelo Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara d'Oeste, sendo sua confirmação definitiva condicionada à conferência dos produtos e dados relacionados na nota fiscal, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.
- 2.13 Somente depois de conferido o objeto e constatada a identidade do mesmo com as especificações da proposta da Contratada, é que será o mesmo considerado recebido, através do setor requisitante.
- 2.14 A contratada responsabiliza-se por todo ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

2.14.1 Caso seja necessário o auxílio de máquinas ou equipamentos, bem como ajudantes para a efetiva carga e descarga no local indicado, estes serão de responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

- 3.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da última assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.
- 3.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 3.2.1 Estar formalmente demonstrado no processo que o fornecimento tem natureza continuada;
- 3.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o fornecimento tenha ocorrido regularmente;
- 3.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na contratação;
- 3.2.4 Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 3.2.5 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 3.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 3.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 3.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 3.6 Do reajuste: Todos os preços propostos serão mantidos fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado.

- 3.7 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 3.8 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 3.8.1 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 3.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

- 4.1 O valor total do presente contrato é de R\$ (.....), onerando à ficha orçamentária nº 530; Categoria Econômica 4.4.90.52; Funcional Programática 17.512.0020.2.356; Unidade Orçamentária 03.02.01 e Audesp 5204, suplementada se necessário.
- 4.2 A Contratada deverá emitir na data da entrega, a nota fiscal referente à totalidade dos equipamentos entregues.
- 4.2.1 Além da nota enviada ao gestor do contrato, a empresa deverá também, encaminhar sua nota fiscal eletrônica, juntamente com o respectivo arquivo XML, para o e-mail: almoxarifado@daesbo.sp.gov.br.
- 4.3 Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após a efetiva entrega da Nota Fiscal, mediante TED (Transferência eletrônica disponível) no banco, agência e conta com o mesmo CNPJ, desde que tenha sido atestada a entrega do objeto.
- 4.4 Deverão constar do documento fiscal o número do Pregão, o Banco, o número da conta corrente e a agência bancária, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.
- 4.5 No ato do pagamento, o DAE reterá a importância referente ao Imposto de Renda previsto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 1.234/2012.
- 4.5.1 Os fornecedores e prestadores de serviços cujos pagamentos não estejam

sujeitos à retenção do IR na fonte deverão apresentar junto a nota fiscal declaração especificada nos Anexos II, III e IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

- 4.6 Para efetivação do pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, prova de regularidade perante a previdência social e o fundo de garantia por tempo de serviço.
- 4.7 Se forem constatados erros no documento fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos, sem qualquer acréscimo.
- 4.8 Em caso de atraso nos pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “*pro rata dies*”, pelo índice IPC-FIPE, de acordo com a legislação pertinente, em vigor na data do efetivo pagamento.
- 4.9 O DAE poderá deduzir da importância a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo licitante vencedor.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 5.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 5.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 5.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 5.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 5.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

- 5.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 5.7.1 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período
- 5.7.2 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 5.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados
- 5.9 Demais obrigações constantes no item 8.1 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 6.2 Emitir nota fiscal eletrônica, conforme Portaria Cat 184/10 de 30.11.10.
- 6.3 Dar garantia mínima de 12 meses para o equipamento e 6 meses para os acessórios, contra defeito de fabricação;
- 6.4 A empresa contratada para o fornecimento do equipamento multiparâmetro deverá fornecer treinamento, para capacitar os técnicos do Laboratório, quanto ao uso do equipamento.
- 6.5 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;
- 6.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990;

- 6.7 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.8 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 6.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 6.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.11 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 6.12 Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 6.13 Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste TR;
- 6.14 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 6.15 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;

- 6.16 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 6.17 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.18 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 6.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 6.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 6.24 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

- 6.25 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 6.26 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 6.27 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere; e
- 6.28 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA SÉTIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 7.1 O regime de execução, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (Anexo II) do edital.
- 7.2 O objeto será recebido, em se tratando de compra, no que couber, às disposições contidas no artigo 140 da Lei 14.133/21.
- 7.3 Não será permitida a subcontratação total ou parcial no âmbito desta contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;

- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

8.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

8.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.2.4 **Multa:**

8.2.4.1 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.1, 30% do valor do Contrato.

8.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 8.1, de 25% do valor do Contrato.

8.2.4.4 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 8.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.

- 8.2.4.5 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 8.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.
- 8.2.4.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 8.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.
- 8.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 8.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 8.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.5 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.6 Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021.
- 8.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

- 8.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 8.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 8.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 8.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 9.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 9.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 9.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 9.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 9.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 9.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 9.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 9.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 9.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 9.4.3 Indenizações e multas.
- 9.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 9.6 O contrato poderá ser extinto:
- 9.6.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.6.2 Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES

- 10.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

- 10.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 10.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

- 12.1 As partes contratantes elegem, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Santa Bárbara d'Oeste, para dirimir questões que eventualmente as partes não consigam resolver por mútuo consenso, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.2 E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo:

DAE - SANTA BÁRBARA D'OESTE
LAERSON ANDIA JUNIOR
DIRETOR SUPERINTENDENTE

CONTRATADA
TESTEMUNHAS

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

CONTRATADA:

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº:

OBJETO:

ADVOGADO: PALAMEDE DE JESUS CONSALTER JÚNIOR

OAB:

E-MAIL:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

LAERSON ANDIA JUNIOR

DIRETOR SUPERINTENDENTE

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

LAERSON ANDIA JUNIOR

DIRETOR SUPERINTENDENTE

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

LAERSON ANDIA JUNIOR

DIRETOR SUPERINTENDENTE

CPF:

PELA CONTRATADA:

Nome

Cargo

CPF

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

LAERSON ANDIA JUNIOR

DIRETOR SUPERINTENDENTE

CPF:

FISCAL DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

Nome

Cargo

CPF

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Nome

Cargo

CPF

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

AO

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____.

**A EMPRESA, COM SEDE
NO ENDEREÇO,
Nº....., CNPJ Nº, DECLARA, SOB AS
PENAS DA LEI:**

- a) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- b) Que não possui, em seu quadro de pessoal, nem utilizará na prestação dos serviços, empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e inferior a 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).
- c) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- e) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Se microempresa ou empresa de pequeno porte

- f) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido

em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Local e data:

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/ Cargo/ Carimbo do CNPJ)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7880-1477-D343-E8B5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LAIS SCHULZ GIORNO (CPF 390.XXX.XXX-21) em 29/01/2025 09:19:34 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS (CPF 095.XXX.XXX-52) em 29/01/2025 12:44:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LAERSON ANDIA JUNIOR (CPF 041.XXX.XXX-37) em 29/01/2025 16:54:05 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://daesbo.1doc.com.br/verificacao/7880-1477-D343-E8B5>